



CENSO ESCOLAR REDE ESTADUAL DO RS
DIVULGAÇÃO INEP 04/2025

DIEESE – Escritório Regional do Rio Grande do Sul



Porto Alegre, abril de 2025.

Panorama Geral da rede estadual de ensino básico no estado do Rio Grande do Sul

O Censo Escolar da Educação Básica é uma pesquisa estatística realizada anualmente pelo Inep em duas etapas e em articulação com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, sendo obrigatória aos estabelecimentos públicos e privados de educação básica, conforme determina o art. 4º do Decreto nº 6.425/2008.

A seguir são sistematizados alguns dados da educação gaúcha a partir das últimas divulgações publicadas pelo Ministério da Educação.

Entre 2019 e 2024, o número total de matrículas na educação básica do Rio Grande do Sul caiu cerca de 2,9%, passando de 2,29 milhões para 2,22 milhões. Essa queda foi puxada principalmente pela rede pública, que registrou uma redução de 6,6% no período, enquanto a rede privada teve crescimento de 12,7%. Embora tenha havido um pequeno aumento de matrículas públicas em 2022, a tendência geral foi de queda. Já a rede privada, após estagnação em 2021, apresentou forte expansão em 2022 e 2023, com influência de recuperação após os efeitos da pandemia e migração de estudantes da rede pública para a privada (Tabela 1).

Esse movimento impactou diretamente a participação relativa das redes: a rede pública, que representava 80,8% das matrículas em 2019, passou a responder por 77,7% em 2024, uma perda de 3,1 pontos percentuais. Embora ainda majoritária, a rede pública perdeu espaço ano após ano, o que levanta questões importantes sobre o papel do Estado na oferta de educação básica e os fatores que têm levado as famílias a optarem, quando possível, pelo ensino privado. Esses dados mostram uma reorganização no perfil das matrículas, associado a mudanças demográficas e políticas educacionais.



Tabela 1 - Número de matrículas, variação (%) e participação (%) segundo rede de ensino básico

Rio Grande do Sul, 2019 a 2024

Ano	Rede Pública	Rede Privada	Total	Variação rede pública (%)	Variação rede privada (%)	Participação da rede pública (%)
2019	1.854.096	440.229	2.294.325	-2,9%	6,6%	80,8
2020	1.817.036	425.511	2.242.547	-2,0%	-3,3%	81,0
2021	1.775.383	426.128	2.201.511	-2,3%	0,1%	80,6
2022	1.806.702	459.792	2.266.494	1,8%	7,9%	79,7
2023	1.771.585	500.466	2.272.051	-1,9%	8,8%	78,0
2024	1.731.520	496.159	2.227.679	-2,3%	-0,9%	77,7
Variação (%) 2024/2019	-6,6%	12,7%	-2,9%			
Variação n. absoluto 2024/2019	-122.576	55.930	-66.646			

Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica

Notas: 1 - O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

2 - Não inclui matrículas em turmas de Atividade Complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE).

3 - Inclui matrículas do Ensino Regular e/ou EJA.

4 - O número de matrículas do Ensino Regular e/ou EJA considera também as matrículas da Educação Especial em Classes

Exclusivas.

5 – Rede pública inclui estadual, municipal e federal

Elaboração: DIEESE



ENSINO BÁSICO ESTADUAL – RIO GRANDE DO SUL

O Ensino Básico da rede estadual gaúcha como um todo apresentou uma trajetória de declínio contínuo nas matrículas ao longo do período analisado. **Em 2019, havia 838.776 estudantes matriculados, número que caiu para 694.664 em 2024, o que representa uma redução de 17,2% (menos 144 mil alunos).** Apenas em 2022 houve uma leve recuperação, mas a queda se acentuou novamente nos dois anos seguintes (Tabela 2). Essa tendência reforça um cenário preocupante de esvaziamento da rede pública.

A Educação Infantil, que engloba creche e pré-escola, sofreu uma das maiores retrações proporcionais. As matrículas em creches caíram 77,3% entre 2019 e 2024, caindo de 150 para apenas 34 crianças. Já na pré-escola, a redução foi de 48,4%, o que equivale a 919 crianças a menos.

O Ensino Fundamental estadual perdeu quase 80 mil matrículas em cinco anos, caindo de 468.699 em 2019 para 389.682 em 2024, uma queda de 16,9%. Embora represente o maior volume de alunos na rede, a redução contínua, sem nenhum ano de crescimento, está relacionada tanto ao envelhecimento da população quanto ao processo de municipalização. O recuo de 4,1% apenas entre 2023 e 2024 mostra que o processo ainda está em curso.

O desempenho do Ensino Médio entre 2019 e 2024 revela uma trajetória menos acentuada de queda em comparação a outros níveis de ensino, mas ainda assim preocupante. Em 2019, havia 275.610 estudantes matriculados, número que caiu para 265.055 em 2024 — uma redução de 3,8% ao longo dos cinco anos. Embora essa variação pareça modesta em termos percentuais, **o dado mais alarmante está na queda registrada somente entre 2023 e 2024: uma perda de quase 17 mil alunos em apenas um ano, o que representa um recuo de 6%.**

Esse recuo recente e intenso pode estar associado a múltiplos fatores: evasão escolar provocada por desinteresse, necessidade de trabalhar, dificuldades de acesso, ou ainda pelas transformações no currículo com a implementação do Novo Ensino Médio, que gerou críticas e desorganização. O fato de o Ensino Médio historicamente apresentar taxas mais altas de abandono e reprovação reforça a urgência de políticas mais eficazes de permanência, com foco em currículo atrativo, apoio psicossocial, valorização das trajetórias juvenis, melhores condições de trabalho - para que os educadores possam ofertar uma educação de maior qualidade e possibilidade de realizar melhor e maior acolhimento desses estudantes. Embora o segmento tenha sido relativamente estável até 2022, os dados mais recentes apontam para uma deterioração acelerada da frequência escolar nessa etapa crucial da formação.



Tabela 2 – Número e variação (%) no número de matrículas segundo nível de ensino da rede estadual | Rio Grande do Sul, 2019 a 2024.

Ano	Ensino Básico	Infantil	Creche	Pré-escola	Fundamental	Médio	EJA	Ed. Profissional
2019	838.776	2.049	150	1.899	468.699	275.610	71.703	42.303
2020	792.359	1.525	132	1.393	444.524	281.785	42.403	44.434
2021	749.341	1.304	122	1.182	416.702	283.449	31.552	36.568
2022	777.421	1.319	116	1.203	418.412	300.024	39.995	38.173
2023	738.749	1.170	79	1.091	406.432	282.029	32.820	37.142
2024	694.664	1.014	34	980	389.682	265.055	24.876	35.285
Variação (%) 2024/2023	-5,97%	-13,33%	-56,96%	-10,17%	-4,12%	-6,02%	-24,20%	-5,00%
Variação n. absol. 2024/2023	-44.085	-156	-45	-111	-16.750	-16.974	-7.944	-1.857
Variação (%) 2024/2019	-17,2%	-50,5%	-77,3%	-48,4%	-16,9%	-3,8%	-65,3%	-16,6%
Variação n. absol. 2024/2019	- 144.112	- 1.035	- 116	- 919	- 79.017	- 10.555	- 46.827	- 7.018

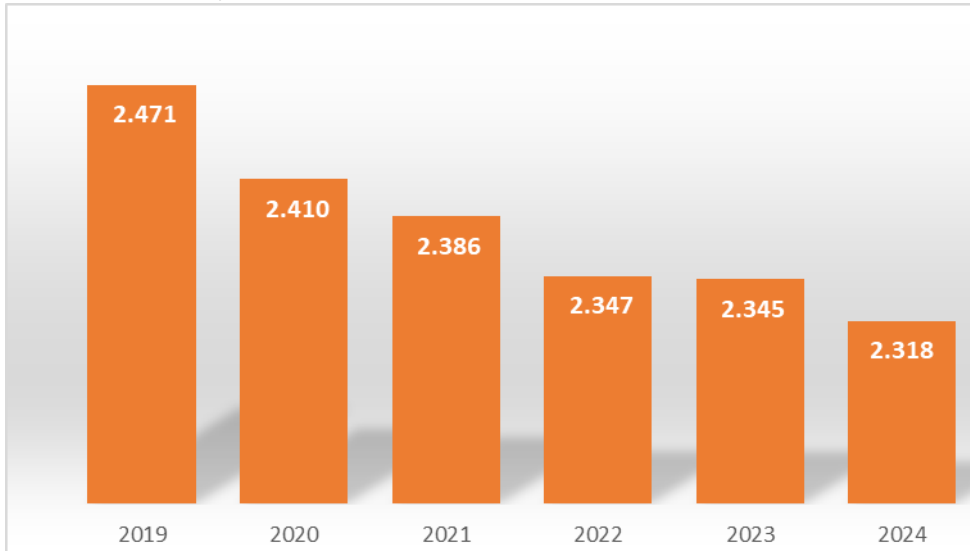
Fonte: INEP – Censo da Educação Básica
Elaboração: DIEESE

O gráfico 1, mostra a evolução do número de estabelecimentos de ensino da rede estadual de educação básica no Rio Grande do Sul entre 2019 e 2024. Nesse período, observa-se uma queda contínua, com **redução de 153 escolas estaduais**: de 2.471 unidades em 2019 para 2.318 em 2024, o que representa uma diminuição de aproximadamente 6,2%.

A retração mais acentuada ocorreu nos primeiros anos do governo de Eduardo Leite, com uma perda de 61 escolas entre 2019 e 2020 e uma redução gradual nos anos seguintes. Só último ano reduziram 27 – o que indica que a tendência de queda ainda não foi revertida. O fechamento de estabelecimentos impacta negativamente o acesso, especialmente em regiões rurais ou periféricas.



Gráfico 1 - Número de Estabelecimentos na Educação Básica da Rede estadual Rio Grande do Sul, de 2019 a 2024



Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica

Notas: 1 - O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de uma Etapa de Ensino.

2 - Não inclui estabelecimentos com turmas exclusivas de Atividade Complementar ou Atendimento Educacional Especializado (AEE).

3 - Inclui estabelecimentos em atividade com pelo menos uma matrícula de Ensino Regular e/ou EJA.

4 - O número de estabelecimentos do Ensino Regular e/ou EJA considera também os estabelecimentos da Educação Especial em Classes Exclusivas.

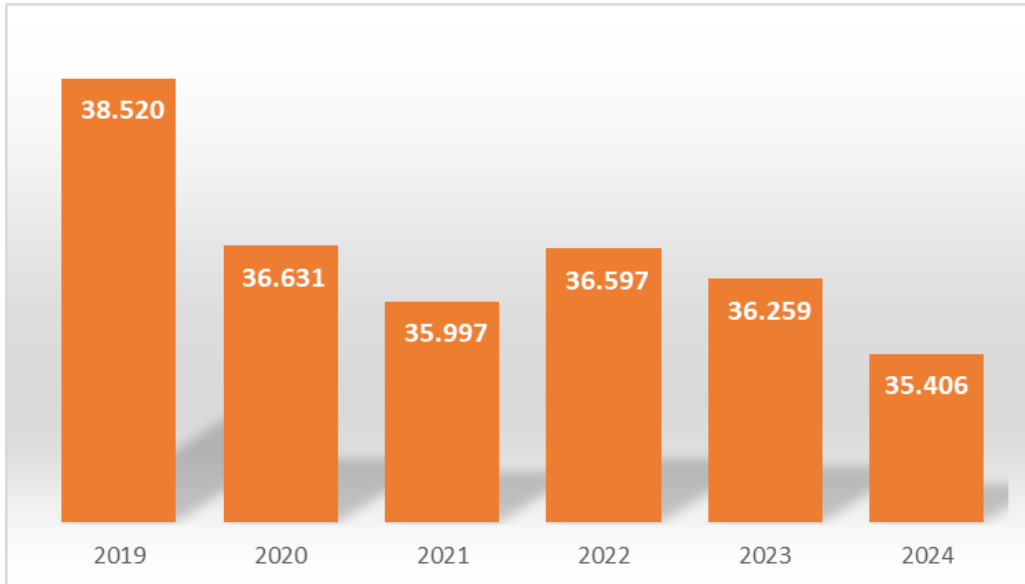
Elaboração: DIEESE

O Gráfico 2 mostra a evolução do número de turmas da educação básica na rede estadual do Rio Grande do Sul entre 2019 e 2024. O período revela uma tendência de queda, com o total de turmas passando de 38.520 em 2019 para 35.406 em 2024, o que representa uma **redução de 3.114 turmas ou cerca de 8,1%**.

O maior recuo ocorreu entre 2019 e 2020, com a eliminação de quase 1.900 turmas em apenas um ano. Após essa queda inicial, o número se estabilizou entre 2021 e 2023, com oscilações menos significativas, mas **voltou a cair em 2024**, atingindo o menor patamar da série. Essa redução acompanha a queda no número de matrículas e no total de escolas da rede estadual, refletindo processo de reestruturação da rede. A queda no número de turmas, se não acompanhada de estratégias de inclusão e transporte, significa prejuízos ao acesso, especialmente em áreas menos populosas ou com maior vulnerabilidade social.



Gráfico 2 - Número de Turmas da Educação Básica, rede estadual Rio Grande do Sul, de 2019 a 2024



Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica

Notas: 1 - Não inclui turmas de Atividade Complementar e de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

2 - Inclui todas as turmas de Ensino Regular e/ou EJA.

3 - O número de turmas do Ensino Regular e/ou EJA considera também as turmas da Educação Especial em Classes Exclusivas.

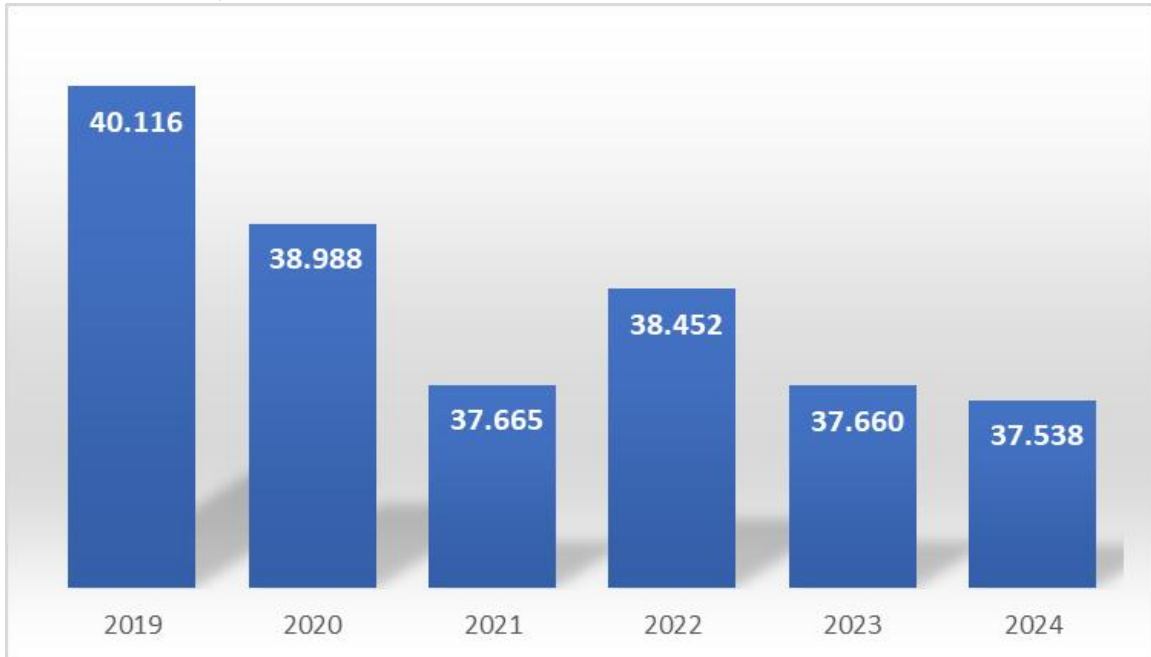
Elaboração: DIEESE

Entre 2019 e 2024, observa-se uma tendência geral de queda no número de docentes da Educação Básica da rede estadual do Rio Grande do Sul. Em 2019, o estado contava com 40.116 professores, número que diminuiu gradualmente nos anos seguintes, atingindo 37.538 em 2024 — **uma redução total de 2.578 docentes, equivalente a uma queda de aproximadamente 6,4% no período.** Essa retração se relaciona com fatores como aposentadorias, desligamentos não repostos, políticas de contenção de gastos, reestruturações na rede estadual, precarização dos vínculos de trabalho. A redução no número de matrículas (parte derivada da mudança demográfica) poderia ser uma oportunidade para enfrentar os problemas de qualidade, mantendo os docentes menos sobrecarregados - com reorganização da rede, no entanto, o que se observa é o inverso.

Apesar da trajetória descendente, há uma leve recuperação em 2022, quando o número de docentes sobe para 38.452, após o ponto mais baixo em 2021 (37.665). No entanto, esse crescimento foi pontual, pois nos anos seguintes o número voltou a cair. O cenário sugere a necessidade de políticas voltadas à valorização e reposição de profissionais, o que se não ocorrer, certamente comprometerá ainda mais a meta de garantir qualidade e a continuidade da oferta educacional na rede pública estadual.



Gráfico 3 - Número de Docentes da Educação Básica, rede estadual Rio Grande do Sul, de 2019 a 2024



Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica

Notas: 1 - Docentes referem-se aos indivíduos que estavam em efetiva regência de classe na data de referência do Censo Escolar da Educação Básica.

2 - Não inclui os docentes de turmas de Atividade Complementar e de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

3 - Inclui os docentes que atuam no Ensino Regular e/ou EJA.

4 - Não inclui auxiliares da Educação Infantil.

5 - Os docentes são contados somente uma vez em cada localização/dependência administrativa, independente de atuarem em mais de uma delas.

6 - O número de docentes do Ensino Regular e/ou EJA considera também os docentes da Educação Especial em Classes Exclusivas.

Elaboração: DIEESE

Além disso, notou-se que as modalidades de **contrários precários dos docentes** na rede estadual do Rio Grande do Sul, em 2024 **atingiram 60,9% dos docentes**.

Entre 2019 e 2024, observa-se uma mudança na composição dos vínculos de trabalho (Tabela 3), marcada pela forte redução do número de servidores concursados, efetivos ou estáveis, que caiu 38% (de 23.681 para 14.693), o que representa a perda de 8.988 postos permanentes. Paralelamente, houve um expressivo aumento de 39% nos contratos temporários, que passaram de 16.304 para 22.714, tornando-se o principal tipo de vínculo em 2024, com 60,5% do total, frente aos 40,6% em 2019. Essa substituição revela uma tendência de precarização das relações de trabalho, com menor estabilidade e vínculos mais frágeis.

No agregado, o número total de trabalhadores caiu 6,4% (de 40.152 para 37.573), indicando que o crescimento dos temporários não compensou totalmente a saída dos efetivos. A mudança no



perfil dos vínculos compromete a continuidade administrativa e afeta a qualidade dos serviços, ao reduzir a presença de servidores com experiência e vínculo duradouro.

Tabela 3 - Número de Docentes da Educação Básica na Rede Pública estadual, por Situação Funcional, Regime de Contratação ou Tipo de Vínculo Rio Grande do Sul, de 2019 e 2024

Ano	Concursado/efetivo /estável	Contrato Temporário	Contrato terceirizado	Contrato CLT	Total
2019	23.681	16.304	5	162	40.152
2024	14.693	22.714	3	163	37.573
Variação (%)	-38%	39%	-40%	1%	
Variação (n. absol.)	(8.988)	6.410	(2)	1	
Distribuição (%)					
2019	59,0	40,6	0,0	0,4	100
2024	39,1	60,5	0,0	0,4	100

Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica
Elaboração: DIEESE

Com base na Tabela 4 apresentada, o Rio Grande do Sul figura entre os estados com maior proporção de vínculos precários na rede estadual de educação, ocupando a 9ª posição no ranking nacional. Em 2024, 60,9% dos vínculos de trabalho no estado são temporários ou precários, percentual superior à média observada nos principais estados do Sudeste e Sul, como São Paulo (58,9%), Minas Gerais (55,4%) e Paraná (53,9%). Esse dado evidencia que o processo de substituição de servidores efetivos por trabalhadores com vínculos instáveis é mais avançado no Rio Grande do Sul do que em boa parte do país, refletindo uma combinação de restrições fiscais crônicas, políticas de contenção de gastos com pessoal e enfraquecimento das carreiras públicas. O estado se aproxima de patamares observados em regiões historicamente marcadas por vínculos mais frágeis, como o Acre, Santa Catarina e Mato Grosso, onde a precarização supera 75%. Essa situação preocupa não apenas pela perda de estabilidade institucional, mas também pelos impactos diretos na qualidade e continuidade da educação.



Tabela 4 - Número de Docentes da Educação Básica na Rede Pública estadual, por Situação Funcional, Regime de Contratação ou Tipo de Vínculo UFs ⁽¹⁾, 2024

UF	Concursado/efetivo/estável	Contrato Precário	Total	Proporção (%) de contrato precário
Acre	1.185	4.930	6.115	80,6
Santa Catarina	7.898	25.598	33.496	76,4
Mato Grosso	3.921	11.773	15.694	75,0
Espírito Santo	3.147	8.677	11.824	73,4
Mato Grosso do Sul	3.330	8.214	11.544	71,2
Distrito Federal	7.878	13.156	21.034	62,5
Ceará	7.700	12.515	20.215	61,9
Rio Grande do Sul	14.693	22.880	37.573	60,9
São Paulo	63.603	91.190	154.793	58,9
Maranhão	7.670	10.782	18.452	58,4
Piauí	5.516	6.853	12.369	55,4
Minas Gerais	41.112	50.221	91.333	55,0
Paraná	21.822	25.516	47.338	53,9
Pernambuco	10.344	11.829	22.173	53,3
Tocantins	4.063	4.055	8.118	50,0
Paraíba	6.250	6.168	12.418	49,7
Goiás	10.152	7.380	17.532	42,1
Alagoas	4.382	2.871	7.253	39,6
Rondônia	3.938	2.430	6.368	38,2
Roraima	2.768	1.674	4.442	37,7
Sergipe	4.335	2.579	6.914	37,3
Amapá	4.411	2.488	6.899	36,1
Pará	11.267	5.116	16.383	31,2
Rio Grande do Norte	6.923	1.961	8.884	22,1
Amazonas	15.298	2.782	18.080	15,4
Bahia	27.188	1.340	28.528	4,7

Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica

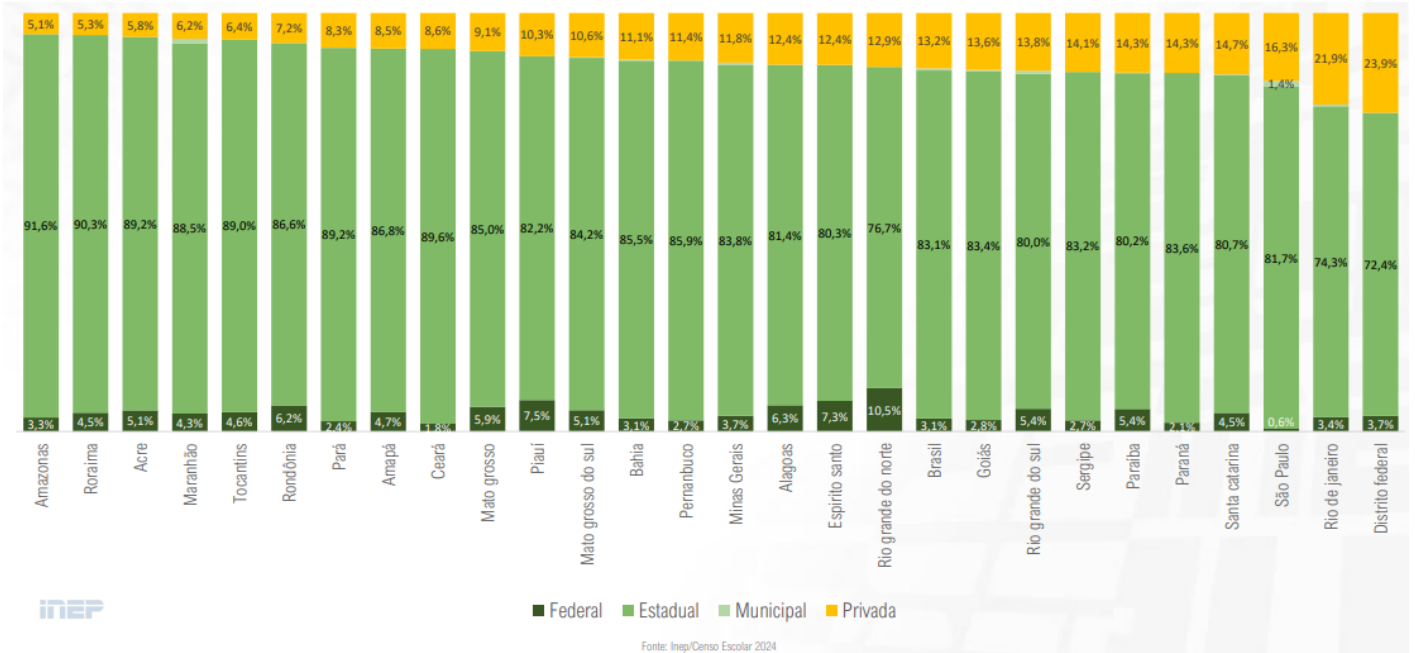
Nota: (1) Não inclui Rio de Janeiro

Elaboração: DIEESE



ENSINO BÁSICO ESTADUAL – RIO GRANDE DO SUL – ENSINO MÉDIO

Gráfico 4 - Distribuição das Matrículas no ensino médio por dependência administrativa UFs, 2024



Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica

A rede estadual é responsável por 80% das matrículas no ensino médio no Rio Grande do Sul (Gráfico 4).

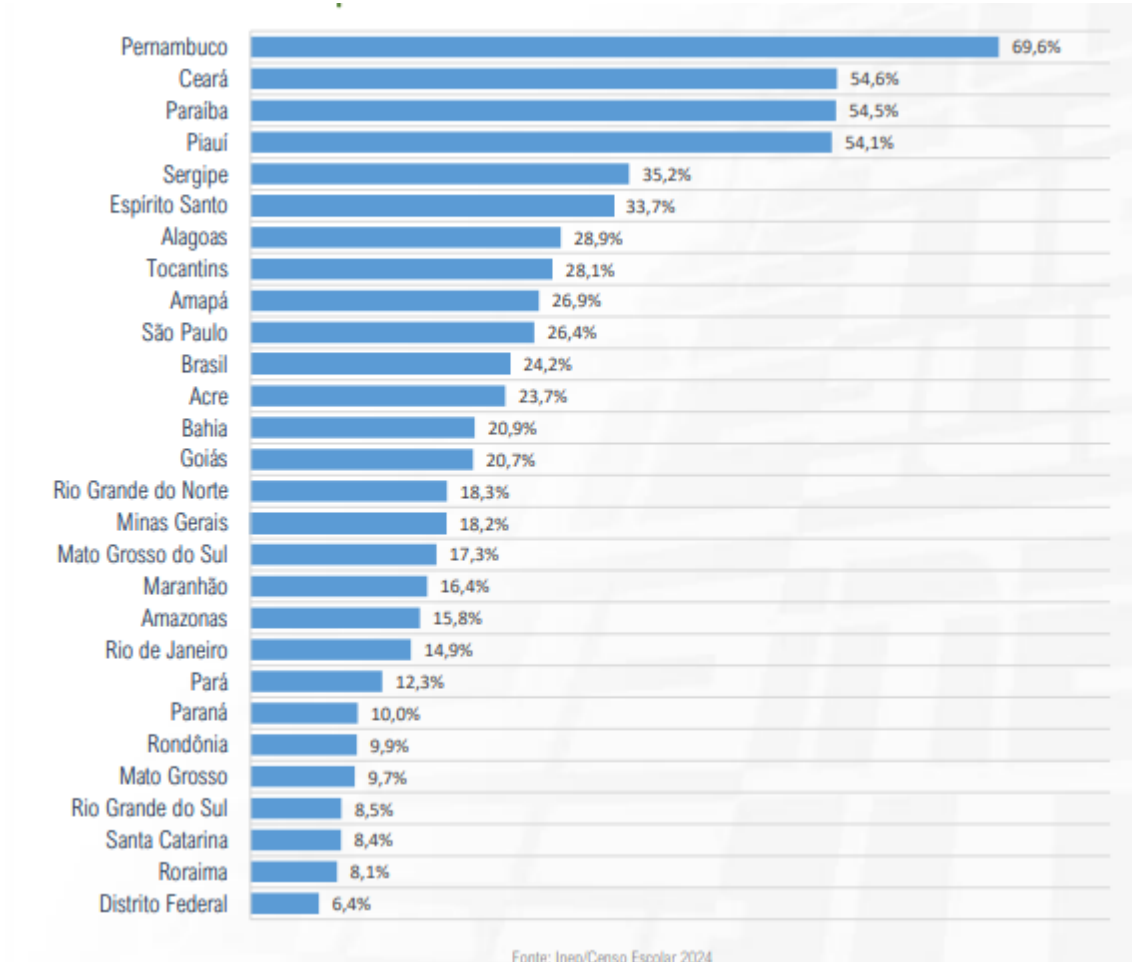
O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014 com vigência de 10 anos — prorrogado até 31 de dezembro de 2025 — define diretrizes, metas e estratégias que orientam as políticas educacionais em todo o país. Com base nesse plano, estados e municípios devem elaborar planejamentos próprios, levando em conta suas realidades, demandas e necessidades específicas, a fim de contribuir para o cumprimento dos objetivos nacionais.

Entre as metas estabelecidas para o ensino médio, destaca-se a que prevê a matrícula de pelo menos 85% dos jovens entre 15 e 17 anos nessa etapa da educação básica. Outra meta importante do PNE é a oferta de educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas. No entanto, conforme apresentado no Gráfico 5, **apenas 8,5% dos estudantes do ensino médio no Rio Grande do Sul estão matriculados em tempo integral — um percentual significativamente inferior à média nacional, que já alcança 22,5% nas redes estaduais.**

Esse dado evidencia que o movimento de expansão da educação integral no estado gaúcho ainda ocorre em ritmo mais lento do que no restante do país, o que representa um desafio adicional para o cumprimento das metas.



Gráfico 5 - Proporção de alunos em tempo integral matriculados na rede pública de ensino médio - Brasil 2024



Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica



ENSINO BÁSICO ESTADUAL – RIO GRANDE DO SUL – EJA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) na rede estadual do Rio Grande do Sul vem sofrendo uma redução significativa em sua capacidade de atendimento. Em 2024, o número de matrículas caiu para apenas 24.876 (Gráfico 6), colocando o estado em uma posição intermediária no ranking nacional — atrás de 14 outras unidades federativas, incluindo estados com menor população, como Alagoas, Amazonas e Paraíba. Essa queda expressiva levanta preocupações sobre o compromisso com a garantia do direito à educação para aqueles que não concluíram seus estudos na idade adequada.

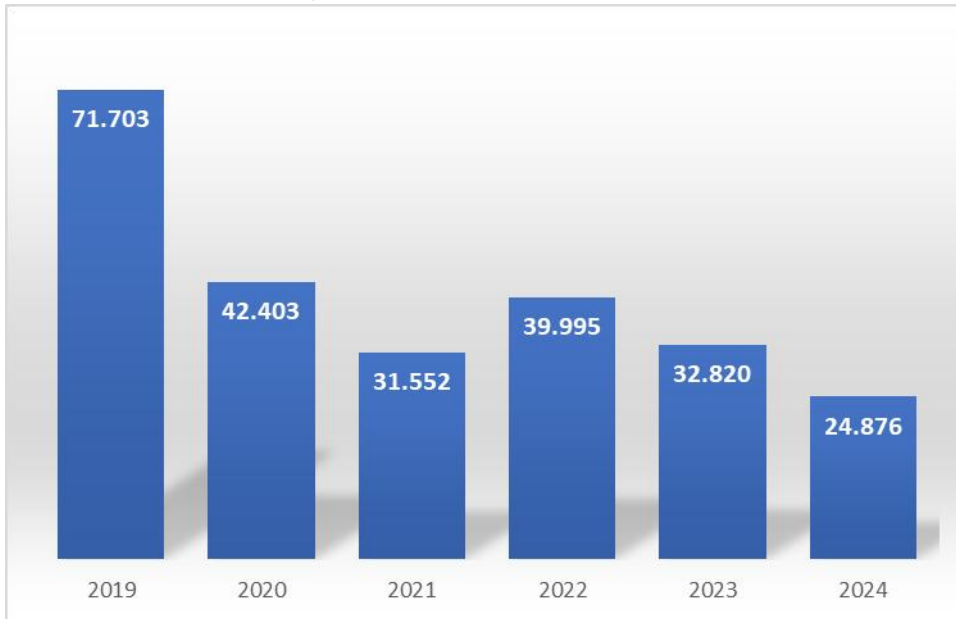
A análise da série histórica de 2019 a 2024 revela uma tendência clara de retração. Em 2019, o estado registrava 71.703 matrículas na EJA, número que vem diminuindo quase ano a ano. A redução foi particularmente acentuada entre 2019 e 2021, quando houve uma perda de mais da metade dos estudantes atendidos. Apesar de uma leve recuperação em 2022, com 39.995 matrículas, os anos seguintes voltaram a registrar queda, culminando no menor número da série em 2024. Essa oscilação, seguida de queda contínua, reflete a descontinuidade de políticas públicas voltadas à permanência e ao acesso de jovens e adultos à educação básica.

O dado de 2024, em comparação com 2023, revela uma redução de quase 8 mil matrículas na EJA da rede estadual. Desde 2019, a queda já chega a 46.827 matrículas, o que representa uma retração de 65,3% no número de estudantes atendidos.

Esse cenário coloca o Rio Grande do Sul em desacordo com a meta 10 do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê a ampliação da EJA, inclusive integrada à educação profissional, com incentivo à escolarização da população de 18 anos ou mais. O atual ritmo de retração compromete a possibilidade de o estado cumprir esse objetivo em 2025. É urgente retomar e fortalecer políticas voltadas à EJA, com foco na ampliação da oferta, valorização dos profissionais, condições adequadas de funcionamento das turmas e estratégias eficazes de busca ativa para garantir o direito à educação a todos que dela foram excluídos.



Gráfico 6 - Número de Matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), por Etapa de Ensino na rede estadual
Rio Grande do Sul e Brasil, 2019 a 2024



Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica

Notas: 1 - O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

2 - Não inclui matrículas em turmas de Atividade Complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE).

3 - Inclui matrículas nas seguintes Etapas: EJA Ensino Fundamental, EJA Ensino Médio, Cursos FIC de níveis Fundamental e Médio e Curso Técnico Integrado à EJA (EJA Integrada à Educação Profissional de Nível Médio).

4 - O número de matrículas da EJA considera também as matrículas da Educação Especial em Classes Exclusivas.

Elaboração: DIEESE



Tabela 5 - Número de Matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na rede pública estadual, 2024

UF	N. matrículas EJA
São Paulo	132.538
Bahia	129.741
Minas Gerais	112.837
Rio de Janeiro	105.126
Pernambuco	66.886
Ceará	58.149
Pará	55.628
Paraná	40.248
Piauí	38.124
Paraíba	37.477
Goiás	37.019
Maranhão	34.421
Alagoas	30.359
Amazonas	25.849
Rio Grande do Sul	24.876
Espírito Santo	24.384
Rio Grande do Norte	23.632
Distrito Federal	23.510
Santa Catarina	20.601
Mato Grosso	15.876
Acre	14.926
Rondônia	13.633
Sergipe	12.599
Amapá	10.279
Mato Grosso do Sul	7.905
Tocantins	4.934
Roraima	4.628

Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica
Elaboração: DIEESE



ENSINO BÁSICO ESTADUAL – RIO GRANDE DO SUL – **Multisseriada**

Retracemento Pedagógico e Desafios Estruturais

A multisseriação é uma prática que reúne estudantes de diferentes séries em uma mesma sala de aula com um único docente — permanece como uma realidade preocupante em diversas redes estaduais de ensino do Brasil. Apesar de alguns estados apresentarem redução significativa nesse modelo, como Minas Gerais (-74,5%), São Paulo (-70,9%) e o próprio Rio Grande do Sul (-25,2%), outros registraram aumentos.

No caso específico do **Rio Grande do Sul**, embora tenha havido uma diminuição de 4.725 matrículas em turmas multisseriadas entre 2018 e 2023, ainda restam **14.020 estudantes** inseridos nessa configuração pedagógica, o que coloca o estado entre os que mantêm números mais elevados (Tabela 6). Mais alarmante — é o que revela os dados mais recentes, de 2023: **o Rio Grande do Sul lidera nacionalmente o número de matrículas e o número de docentes atuando em turmas multisseriadas, com 2.535 professores nessa condição**. Além disso, existem no estado **1.267 turmas e 537 escolas** estaduais organizadas por meio dessa prática — números que evidenciam a permanência de uma estrutura educacional precária, especialmente nas regiões rurais e menos assistidas.

Na prática cotidiana, o ensino em turmas multisseriadas impõe uma dinâmica extremamente complexa para o docente. Em uma mesma sala, o professor precisa lidar simultaneamente com estudantes de diferentes idades, séries e níveis de alfabetização. É comum que ele esteja ensinando conteúdos distintos de Língua Portuguesa e Matemática para três ou quatro anos escolares ao mesmo tempo, o que exige múltiplos planejamentos, produção de materiais diferenciados e uma organização quase impossível de ser sustentada a longo prazo. Enquanto orienta um grupo que está em processo inicial de alfabetização, precisa acompanhar outro que já está desenvolvendo leitura e escrita com maior fluência, ao mesmo tempo em que um terceiro grupo resolve problemas matemáticos de maior complexidade. A gestão do tempo se torna um dos maiores obstáculos: cada segmento da turma requer atenção individualizada, mas o tempo não se multiplica. Além disso, o silêncio e a concentração — fundamentais para o aprendizado — são constantemente comprometidos, já que a atenção se divide entre atividades distintas. Soma-se a isso a escassez de recursos pedagógicos, de formação específica e de apoio técnico, o que intensifica a sobrecarga física e emocional dos profissionais.

Os estudantes também sofrem severas consequências. A convivência de anos escolares distintos dentro da mesma sala impede a abordagem aprofundada dos conteúdos, prejudica o acompanhamento individualizado e acentua as desigualdades de aprendizagem. Enquanto os alunos mais avançados recebem menos estímulo e aprofundamento, os mais jovens têm dificuldade de acompanhar atividades acima de sua etapa escolar. Esse descompasso favorece a evasão, o desinteresse e a exclusão educacional.

A comunidade escolar como um todo é impactada pela persistência da multisseriação. O modelo é geralmente adotado por falta de alternativas — ausência de transporte escolar, número reduzido de matrículas por série, ou escolas isoladas sem estrutura para divisão por níveis. Ao



aceitar a multisseriação como solução permanente, o Estado acaba institucionalizando uma oferta educacional de segunda classe para populações já vulnerabilizadas. Isso aprofunda desigualdades sociais e educacionais e compromete o futuro das comunidades envolvidas.

Tabela 6 - Número de Matrículas em Turmas Multiseriadas
Redes estaduais de ensino, 2018 e 2023

Unidade da Federação	Matrículas 2018	Matrículas 2023	Variação (%)	Variação (n. absol.)
Rio Grande do Sul	18.745	14.020	-25,2%	-4.725
Acre	8.774	11.623	32,5%	2.849
Mato Grosso	6.234	9.496	52,3%	3.262
Minas Gerais	32.524	8.288	-74,5%	-24.236
Rio de Janeiro	7.919	7.586	-4,2%	-333
Sergipe	247	6.660	2596,4%	6.413
Roraima	5.377	5.341	-0,7%	-36
Maranhão	5.011	4.733	-5,5%	-278
Pernambuco	6.799	2.971	-56,3%	-3.828
São Paulo	8.913	2.592	-70,9%	-6.321
Tocantins	2.943	2.397	-18,6%	-546
Paraná	101	2.352	2228,7%	2.251
Amapá	2.418	2.333	-3,5%	-85
Espírito Santo	1.593	2.321	45,7%	728
Amazonas	8.133	2.140	-73,7%	-5.993
Mato Grosso do Sul	4.773	1.892	-60,4%	-2.881
Goiás	1.527	1.600	4,8%	73
Rondônia	2.785	1.474	-47,1%	-1.311
Santa Catarina	1.540	1.286	-16,5%	-254
Bahia	-	1.160	-	-
Ceará	813	827	1,7%	14
Rio Grande do Norte	880	732	-16,8%	-148
Distrito Federal	3.456	622	-82,0%	-2.834
Alagoas	2.611	190	-92,7%	-2.421
Pará	6.895	146	-97,9%	-6.749
Paraíba	3.740	100	-97,3%	-3.640

Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica 2018/2023

Notas 1 - O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

2 - Não inclui matrículas em turmas de Atividade Complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE).

3 - Inclui matrículas em turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental Multietapa, em turmas Multi e Correção de Fluxo.

Elaboração: DIEESE

Em suma, os dados mais recentes deixam claro que, apesar de uma leve redução nas matrículas multisseriadas em alguns estados, o problema ainda é expressivo — e no caso do Rio Grande do Sul, atinge patamares que exigem atenção urgente. Com **o maior número de professores em atuação nesse modelo** em todo o Brasil, o estado precisa avançar na busca de alternativas



estruturais e pedagógicas, garantindo condições de trabalho adequadas para os docentes e o direito à aprendizagem plena para todos os estudantes. A superação da multisseriação deve ser uma prioridade de qualquer política educacional séria e comprometida com a equidade e a qualidade no ensino público.